

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

**Recursos alimentares, poder e
segurança nacional**

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2020

Recursos alimentares, poder e segurança nacional

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†

1. O nosso país como entidade politicamente organizada tem por base um contrato original entre: por um lado, um conjunto de cidadãos que almejam um certo bem-estar, tanto no acesso aos bens materiais, como à possibilidade de viverem de acordo com os seus costumes e valores; e, por outro lado, uma cúpula política dirigente que se compromete a propiciar-lhe esse bem-estar, em troca dos cidadãos aceitarem determinados normativos procedimentais.

Como se constituem e existem várias unidades políticas com o mesmo objectivo, podem gerar-se situações de conflito, pelo menos de tensão. Por duas razões: 1) ou porque os bens materiais são escassos (objectiva ou subjectivamente escassos) para que todos os Estados consigam obtê-los; 2) ou porque lhes é conveniente que outros Estados adoptem certos comportamentos sociais e políticos.

Esta constatação de que a procura do bem-estar – o objectivo original – pode originar conflitos, levanta uma outra, a indispensabilidade de garantir a segurança dos conjuntos de cidadãos que constituem a população dos diferentes Estados. Este facto significa a existência de um outro objectivo além do bem-estar, que podemos considerar como objectivo secundário ou derivado, a segurança.

A realidade histórica demonstra contudo que ambos os objectivos, tanto o bem-estar como a segurança, são determinantes para que o contrato criador da unidade política se mantenha, até porque eles se encontram directamente relacionados. Se a segurança descer abaixo de certo nível, o objectivo bem-estar está em risco, e se o bem-estar se degradar abaixo de determinado patamar, acontece o mesmo à segurança – fica em perigo.

Daqui resulta que poderemos considerar o bem-estar e a segurança como os dois objectivos básicos em que assenta a sobrevivência do contrato criador, ou seja da unidade política, que assumiu a natureza de Estado a partir de Westfália.

2. Abordemos agora as grandes linhas de orientação que permitirá ao Estado satisfazer a sua parte do contrato, garantindo os objectivos básicos que se comprometeu alcançar, o que nos conduz ao seu potencial estratégico e ao poder nacional.

Para desenvolver o tema, embora sucintamente, permitam-me que me sirva de algumas curtas passagens do meu próximo livro cuja publicação se prevê para os fins deste ou nos princípios do próximo ano, o que significa que as conhecerão agora em primeira mão.

O conjunto de meios, materiais e não materiais, numa dupla componente (recursos e características enquadrantes) à disposição da sociedade nacional (Estado e sociedade civil), tendo em vista o poder nacional, designa-se “Potencial estratégico”.

“Poder Nacional” é a capacidade de atingir os objectivos básicos – bem-estar e segurança – do Estado. Traduz-se na inteligência de actuação estratégica, ou seja, no modo como é organizado e aplicado o potencial estratégico do Estado. Relativamente ao objectivo bem-estar (condição ou situação que se deseja atingir para as pessoas e o país), é obrigação do Estado prosseguir-lo através de actividades que promovam o Desenvolvimento. Para atingir o objectivo segurança (condição ou situação que se pretende alcançar), o Estado desenvolve actividades de Segurança Nacional.

São vários os factores do potencial estratégico. O emprego de todos eles, em combinação adequada e com peso variável, é indispensável para o Poder Nacional conseguir o Desenvolvimento e a Segurança Nacional com que o Estado se encontra comprometido.

a) Os principais factores tangíveis ou materiais do potencial estratégico são:

Factor “geográfico”, de que tem maior importância a extensão territorial do país, das águas onde exerce soberania e da plataforma continental, e a sua posição estratégica (do território, mar e espaço aéreo) em relação a outras áreas geográficas e actores políticos;

Factor “demográfico”, tanto no que se relaciona com os efectivos populacionais e respectiva composição etária, como com a sua dinâmica de evolução;

Factor “recursos naturais” e sua importância face a um aumento da intensidade da sua procura;

Factor “alimentar”, ligado aos recursos agrícolas e às pescas, além das respectivas indústrias transformadoras, relacionando-o com a natureza da cobertura vegetal e com a existência dos bancos de pesca e a capacidade de os explorar, procurando sempre uma auto-suficiência alimentar mínima;

Factor “energético”, especialmente no que respeita à natureza da autonomia do país em termos dos recursos que possui para produzir energia e dependências existentes;

Factor “financeiro”, tendo principalmente em vista a situação das contas públicas relativamente à dívida pública e ao *deficit* orçamental;

Factor “económico”, incluindo as empresas industriais e de serviços, o que envolve a análise da questão das suas dependências e a sua eventual natureza estratégica crítica para o país;

Factor “transporte” (terrestres, marítimos e aéreos, externos e internos) e ordenamento do território, nomeadamente a qualidade e localização geográfica dos aeroportos e dos portos e o percurso das principais rodovias e ferrovias;

Factor “telecomunicações”, o que abrangerá todos os tipos de redes, *wireless* ou não, as infra-estruturas em que elas assentam, os locais de amarração dos cabos intercontinentais, a *internet* e o seu nível de utilização e respectiva segurança;

Factor “meios de comunicação social”, particularmente no que se relaciona com a sua diversificação, dimensão e dependência (económica e/ou externa);

Factor “saúde”, abordando, além dos indicadores sobre a saúde da população, o número, localização e eficiência do funcionamento das respectivas instalações, assim como o pessoal especializado disponível, sua quantidade e qualidade;

Factor “segurança interna”, considerando o tipo e intensidade da criminalidade existente, estrutura das forças e serviços de segurança e eficiência da sua actuação;

Factor “política externa”, nomeadamente as alianças existentes, as organizações internacionais de que o país faz parte, e quantidade e qualidade do pessoal diplomático;

... (Outros factores)

E também o Factor “militar”, compreendendo a organização das Forças Armadas (FAA), seus meios em pessoal e material, eficiência das forças, capacidade dos equipamentos e qualidade do pessoal.

b) Os principais factores intangíveis do potencial estratégico são:

Factor “conhecimento”, que envolve o nível geral dos nacionais em termos educativos e culturais, nomeadamente o número de pós-graduações por ano e seu grau de excelência; e a situação do país no respeitante ao desenvolvimento científico e tecnológico, focando o investimento em investigação e desenvolvimento, considerando os indicadores aplicáveis (publicações científicas, patentes, posição nos *rankings* internacionais dos estabelecimentos de ensino superior e sua articulação com as empresas, etc.), a capacidade de produção própria de artefactos tecnologicamente avançados e outras questões relacionadas, a melhoria persistente na capacidade organizativa, tanto ao nível nacional, como sectorial, regional e empresarial.

Factor “sentimento nacional/sentido de destino comum”, ou espírito patriótico, que se traduz na vontade do país se autogovernar, na coesão nacional e na identificação dos cidadãos com um destino comum (consciência da existência de uma identidade nacional), no orgulho do seu país, da sua História e dos valores culturais que o caracterizam, e no exercício da solidariedade social e dos valores morais, como integridade, persistência na acção e não esmorecimento ou desistência perante os desafios, vontade de aperfeiçoamento e de progresso, etc.

3. A segurança é um conceito multifacetado: adapta-se a cada um dos factores do potencial estratégico quanto à sua natureza (segurança energética, alimentar, sanitária, pessoal, económica, financeira, etc.); pode referir-se a um determinado tipo de ameaça (segurança nuclear, química, biológica, informática, segurança externa, segurança interna, etc.). Por outro lado, a segurança poderá incidir sobre uma pessoa ou um número reduzido delas, sem colocar em causa o colectivo nacional, dizendo respeito à segurança individual, ou pode afectar o país todo, incidindo sobre os interesses nacionais ou mesmo sobre os seus interesses vitais ou existenciais, ameaçando a sua soberania e independência, situação em que ficará em questão a Segurança Nacional.

Isto é, quando a ordem pública afecta um ou meia dúzia de cidadãos, encontramos-nos no âmbito da segurança individual (um problema de criminalidade ou de ordem pública circunscrita), pelo que será assunto das polícias e de outras forças de segurança interna; mas se ela se generaliza, poderá pôr em causa a estabilidade do país no seu todo, transformando-se num problema de Segurança Nacional, e, portanto, necessitando de um resposta global e conjugada que pode envolver todos ou pelo menos alguns dos factores do potencial estratégico, nomeadamente do militar, numa abordagem abrangente que a NATO designa por “*comprehensive approach*”. O mesmo se poderá dizer para a segurança alimentar, que poderá pôr em dificuldades apenas algumas pessoas – uma situação de dificuldade limitada no acesso a alimentos –, ou ser de tal amplitude que se torna num assunto de Segurança Nacional. Igual situação é susceptível de se colocar para uma ameaça de qualquer outra natureza.

Pelo que disse e contra o pensamento generalizado, as ameaças não se limitam apenas àquelas que terão de ser respondidas pela força militar. Na sua esmagadora maioria não se passam nesse domínio, embora em alguns casos e em último recurso, os Estados se vejam obrigados a empregá-la.

Passo a referir algumas daquelas que mais devem preocupar actualmente o nosso país, recorrendo aos elementos que constam do meu último trabalho da série *Reflexões sobre Estratégia*, publicado em Dezembro de 2009:

“1) Constrangimentos políticos que cerceiam a sua liberdade de acção na defesa dos seus interesses, particularmente nas alianças multilaterais (NATO e UE) de que participa e no quadro bilateral em relação a países cujas relações nos interessam particularmente, por exemplo, EUA, Alemanha e Espanha. 2) Constrangimentos económicos que nos impeçam de controlar os sectores económicos essenciais para o nosso bem-estar e a nossa segurança. 3) Constrangimentos financeiros que espartilhem o Estado português, obrigando-o a reduzir as estruturas e apoios sociais e de segurança interna e externa para níveis inferiores aos padrões considerados satisfatórios ao cumprimento dos seus objectivos fundamentais – bem-estar e segurança dos portugueses. 4) Constrangimentos em termos de informação mediática resultantes das agendas informativas serem ditadas por interesses económicos e/ou interesses estrangeiros. 5) Constrangimentos militares que nos obriguem a agir contra os interesses nacionais. 6) Violação dos nossos espaços de soberania, actividades

terroristas e do crime organizado, proliferação de armas de destruição massiva, Estados falhados e conflitos regionais. 7) Disrupção dos nossos sistemas informáticos essenciais, com prioridade para os dos sistemas militares, dos órgãos de soberania e das empresas de importância estratégica para a segurança nacional, e invasão e intrusão das redes ciberespaciais que nos são indispensáveis. 8) Constrangimento resultante de estruturas de comunicações implantadas no território nacional que façam depender de interesses alheios as nossas movimentações com o exterior, em detrimento dos interesses nacionais. 9) Dependências excessivas de reduzido número de fornecedores e desproporção da quantidade que cada um fornece, quanto ao acesso aos recursos estratégicos fundamentais, com destaque para os energéticos e alimentares. 10) Esbatimento dos valores morais e culturais que nos identificam e dão coesão como povo e distinguem no conjunto das nações soberanas, e degradação dos valores humanos e do respeito pelos direitos do homem. 11) Reduzida autonomia científica e tecnológica. 12) Níveis de criminalidade que ultrapassem o patamar crítico gerador de alarme social, susceptíveis dos cidadãos se sentirem obrigados a organizarem-se sob lideranças populistas para garantirem a sua segurança, “à margem da lei”.

Face a estas ameaças, é fundamental delinear estratégias de resposta no mais elevado nível do Estado, definindo um Conceito Estratégico de Segurança Nacional, de onde constem as grandes linhas de orientação gerais que o país deverá adoptar; nele, serão indicadas aos diversos sectores de actuação, cada um deles envolvendo um ou mais factores do potencial estratégico já referidos, as principais orientações para acção estratégica e os grandes objectivos a alcançar para contribuir para a segurança do país.

Ao nível de cada área do Estado responsável pelo factor ou factores do potencial estratégico que constituem um sector de actuação, normalmente cada Ministério, será efectuado o estudo de como se deverá articular e o que terá de fazer, para definir a sua estratégia sectorial, através de um conceito estratégico próprio. Por exemplo, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional deverá ser elaborado o conceito estratégico militar; no caso do Ministério da Administração Interna, o conceito estratégico para a segurança interna, no caso do Ministério da Economia, o conceito estratégico para a segurança económica, conceito estratégico para a segurança energética, etc., no caso do Ministério da Saúde, o conceito estratégico

para a segurança em termos sanitários; no Ministério da Agricultura, o conceito estratégico para a segurança alimentar, etc.

Uma das acções indispensáveis em qualquer estratégia de segurança nacional é levar a efeito medidas preventivas, decididas e tomadas antecipadamente com a finalidade de reforçar a massa crítica nacional, ou seja, o Poder Nacional. Eis alguns exemplos. Primeiro, no domínio dos factores materiais ou tangíveis, segundo na área dos factores intangíveis:

Quanto ao primeiro, e regresso às *Reflexões sobre Estratégia*: “1) Pôr em acção um caminho de progressiva auto-suficiência com redução de dependências e de progressiva diversificação daquelas que não for possível evitar, com prioridade para os recursos energéticos e alimentares; 2) apostar na pesquisa, controlo e exploração dos nossos recursos marinhos; 3) estabelecer uma rede de alianças que compense os nossos desequilíbrios estratégicos, satisfazendo os nossos compromissos de forma a fazermos parte dos seus núcleos duros; 4) criar uma rede de interesses cruzados com os nossos vizinhos e aliados que funcionem como interdependências, sempre tendo em atenção a proporção relativa das respectivas massas críticas para não nos tornarmos dependentes.”

No segundo: 1) desenvolver um núcleo de capacidades científicas, tecnológicas e de produção, apoiando e dinamizando os nichos de investigação, as universidades e as empresas portuguesas, para nos permitir alcançar padrões elevados de bem-estar e de segurança e ter relações com os nossos parceiros internacionais em nível de igualdade (convém acabar com a ideia posta a circular por alguns “iluminados” que Portugal se poderia limitar a ser um país de serviços); 2) estimular grupos de reflexão e debate de forma a aprofundar as nossas capacidades de inteligência de concepção e actuação estratégica; 3) incentivar os órgãos de comunicação social a tratar, questionar, aprofundar e difundir as grandes questões nacionais, assim como reflectir sobre a nossa História, suas grandezas e misérias, e sobre os valores humanos e nacionais, os direitos humanos e as figuras que mais se distinguiram na sua defesa.

4. Os recursos alimentares, conforme já referi, são o objecto cuja influência no poder nacional enforma o factor alimentar do potencial estratégico. Juntamente com os recursos energéticos e certos recursos minerais constitui um conjunto de recursos estratégicos que podem assumir a importância de interesses vitais ou

existenciais de um Estado. De facto, qualquer deles é essencial para as sociedades humanas, como é o caso dos bens alimentares, cuja insuficiência pode provocar a morte das pessoas, e dos recursos energéticos e de certos minerais estratégicos sem os quais as sociedades deixarão de funcionar.

A escassez destes recursos representa uma gravíssima vulnerabilidade estratégica de qualquer Estado, pelo que tudo deverá ser feito para a colmatar ou, no mínimo, reduzir. Quer tomando as medidas necessárias para aumentar a produção de alimentos, quer diversificando as dependências em relação aos países de onde os importamos.

Convém recordar que nenhuma organização política internacional a que Portugal pertença nos pode garantir um socorro solidário em época de profunda crise. Não só porque nas relações internacionais não existe solidariedade, pois elas processam-se apenas em função dos interesses nacionais, ou seja, em situações de aperto, leia-se fome – quando está em causa a falta de alimentos –, ninguém deve esperar que algum nosso aliado nos mate a fome, deixando os seus nacionais à míngua. A História mostra-nos bem e cada vez com maior nitidez que o egoísmo é a principal característica de um país soberano.

Por outro lado, a abundância de recursos alimentares excedentes salda-se numa enorme potencialidade do Estado que com ela seja beneficiado.

A natureza vital ou essencial dos alimentos como recursos estratégicos pode traduzir-se em actos de força. Tanto entre as pessoas, que, em desespero, não hesitarão em fazê-lo para comer quando tiverem fome, como entre os Estados, que se poderão ver forçados a recorrer a actos de guerra para sobreviverem como tal, na medida em que o essencial dos Estados são as pessoas.

Além disso, o aproveitamento do solo para fins agrícolas também permite a ocupação em superfície do território, a presença humana nas áreas por onde esse aproveitamento se espalha, assim evitando a desertificação de importantes faixas do país, com todos os inconvenientes que esta situação pode envolver – propiciando espaços abertos e áreas sem controlo que podem ser utilizadas para actividades ilícitas, serem esconderijo de bandos do crime organizado ou passarem a ser regiões facilmente ocupadas por marginais com objectivos políticos não concordantes com os que são definidos pelo normal processo democrático.

Observemos rapidamente as estratégias usuais dos Estados cujo factor alimentar do potencial estratégico é positivo e daqueles que, pelo contrário, têm um factor alimentar do potencial estratégico negativo.

Quando o factor alimentar é positivo, traduzindo-se em excesso de alimentos, o Estado pode utilizá-los como instrumento de influência sobre países ou zonas geográficas que lhe interessam. Através de ajudas alimentares, com preços especiais dos elementos ou até gratuitamente; os EUA, por exemplo, desenvolvem uma estratégia de intervenção com o excesso da sua produção de cereais que lhes tem trazido fartos dividendos. Estados com abundância de alimentos têm mesmo condições para pressionar outros Estados que deles desesperadamente precisam, impondo-lhes a tomada de medidas que, prejudicando os Estados carentes, significam vantagens para os Estados abastados.

Quando um país apresenta um factor alimentar do potencial estratégico negativo, as estratégias a desencadear têm sido diferentes, dependendo do grau de poder e riqueza desse país.

No caso de se tratar de um Estado rico que dispõe de meios financeiros suficientes (China, Coreia do Sul, Emiratos Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, por exemplo), além de terem capacidade para adquirir bens alimentares em situações de pico da alta dos preços, podem recorrer à aquisição ou arrendamento por períodos longos de grandes superfícies de terras aráveis, onde conseguem produzir os alimentos que lhes faltam.

Se o país for pequeno, sem condições para dispor de grandes montantes financeiros para adoptar as estratégias anteriores, deve procurar: 1) por um lado, reduzir dependências, 2) por outro, tomar medidas para aumentar as áreas agrícolas, mesmo que os seus índices de produtividade sejam reduzidos, o que implicará a atribuição de subsídios à produção como investimento de segurança nacional, 3) finalmente, apostar na investigação e desenvolvimento, recorrendo portanto ao factor intangível conhecimento do seu potencial estratégico, para encontrar processos e tecnologias novas que aumentem a sua produção agrícola (a investigação da Universidade do Minho sobre o invólucro comestível dos alimentos é um bom exemplo). Este tipo de actuação teve efeitos visíveis com Israel, que, aliás, se tornou num país mítico neste domínio. Mas não só. O Brasil, apesar de ser um grande país, também concebeu uma estratégia de investigação e desenvolvimento que lhe permitiu dar aos solos do cerrado, tipo de paisagem que

ocupa largas zonas do seu imenso território, as condições que lhes faltavam para conseguir elevadas produções agrícolas, o que, de certo modo, se encontra na base de, actualmente, ser considerado a “quinta do mundo”.

Quanto aos recursos alimentares provenientes do mar, colocam-se considerações semelhantes, tendo em atenção o “terreno” líquido onde eles são obtidos, que favorecem países com extensas águas territoriais e grandes zonas económicas, dotadas de abundantes pesqueiros. Naturalmente que condições destas são incompatíveis com estratégias de desmantelamento de frotas pesqueiras de um país marítimo, beneficiado com circunstâncias propícias à obtenção de abundante pescado (para consumir e vender), que optou por aceitar uma política adoptada por uma organização internacional onde se integra que favorece claramente os Estados nela dominantes. Estratégias que, pasme-se, incluíram a aceitação de uma cláusula num tratado (estou a falar no Tratado de Lisboa) que lhe retira a responsabilidade dos recursos biológicos do mar sobre o qual esse país marítimo outrora conseguiu alcançar soberania, transferindo essa responsabilidade para a União Europeia.

No caso destes recursos alimentares, qualquer que seja o país – rico ou pobre, grande ou pequeno –, a única estratégia recomendável é promover o desenvolvimento de uma actividade pesqueira efectiva, quanto mais expressiva melhor, com os meios e apoios necessários. Não se entenderia outro tipo de actuação.

O objectivo estratégico final num caso como no outro tem a ver com a necessidade de conseguir uma auto-suficiência alimentar mínima que permita ao país sobreviver sem graves danos nas sucessivas situações de crise alimentar que nos esperam.

5. No nosso tempo, o mundo assiste a grandes problemas no que concerne à obtenção de alimentos. São conhecidas várias causas que conduziram a esta situação.

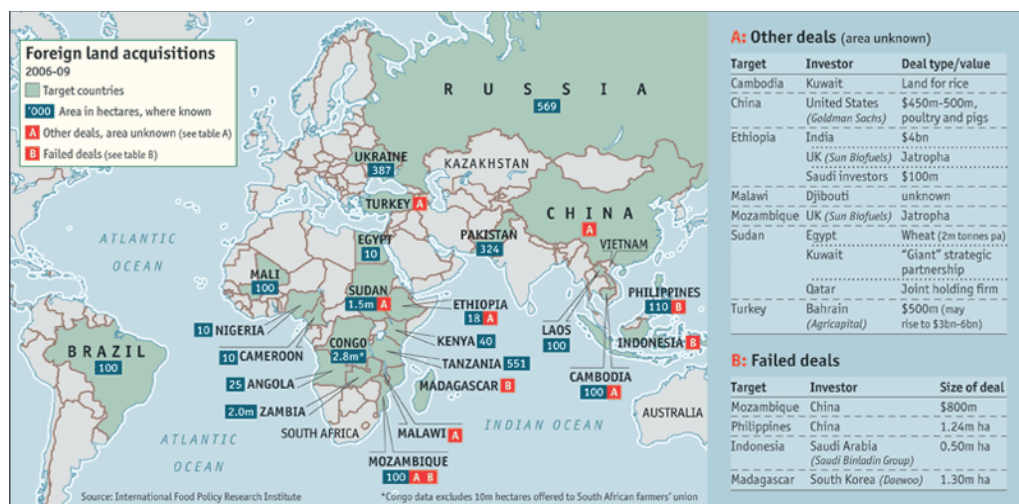
O aumento da população e, particularmente, o acesso à classe média de um número crescente de milhões de seres humanos como resultado do crescimento económico dos países emergentes do Sul e da Ásia/Pacífico provocam uma elevada pressão na procura dos bens alimentares básicos, particularmente dos cereais, como produtos agrícolas para consumo directo dos seres humanos e de

produção de carne, a que cada vez menos pessoas têm possibilidades de ter acesso. Este fenómeno é acentuado pela diminuição dos terrenos agrícolas, como resultado da desertificação provocada pelas alterações climáticas, e ainda pela devastação de espécies marinhas no que respeita às pescas.

O mesmo desenvolvimento económico dos emergentes, que leva ao progresso de bem-estar de milhões de pessoas, também produziu uma pressão crescente na procura de combustíveis. Basta recordar que há cerca de vinte anos, poucos automóveis se viam nas cidades chinesas, onde era soberana a utilização de bicicletas, e desde o ano passado, a China passou a ser o maior importador mundial de automóveis. Esta pressão também se reflecte no aumento da pressão nos preços dos cereais, resultante da produção de biocombustíveis como reforço dos combustíveis fósseis e como sua alternativa, menos onerosa em termos de CO₂. Vastos terrenos agrícolas que poderiam ser destinados à produção cerealífera estão a ser usados para cultivar plantas capazes de conseguir aumentar a quantidade de biocombustíveis, sem falar nos próprios cereais que são utilizados para esta finalidade.

É todo um complexo de necessidades, causas, fenómenos naturais e estratégias de actuação que tornam cada vez mais difícil o acesso a produtos alimentares, situação que tende a continuar e até a aumentar, e que, ainda por cima, sai reforçada em períodos de crise cada vez mais frequentes provocados por movimentos financeiros especulativos envolvendo a alta dos preços das *comodities*, nas quais tanto os recursos energéticos como os cereais estão incluídos.

Antes de terminar com algumas conclusões, não resisto a mostrar um mapa apresentado pela revista *Economist* de 21 de Maio de 2009, num artigo inescusável, com o título “A terceira vaga de *outsourcing*”. Nele são apresentados os contratos efectuados até àquela data (e também os contratos falhados), em que países ricos carentes de terras aráveis e necessitados de bens alimentares pagam para explorar extensões territoriais de outros países, alguns onde a fome é endémica, produzindo bens alimentares que transportam para alimentar as populações dos arrendatários. Esses terrenos são conhecidos por *land grabs*, que se pode traduzir por “terras apanhadas” ou “terras tomadas”, verdadeiramente são terras arrendadas ou terras conquistadas, depende da perspectiva.



No mapa podem ver-se os países a verde (onde estão as terras), pequenos retângulos de cor azul com um número que indica os hectares de terreno que são objecto do contrato, pequenos quadrados a vermelho – uns com a letra A (contratos que envolvem áreas desconhecidas), outros com a letra B (contratos falhados). Aliás, os primeiros estão indicados à direita e na parte de cima do mapa, e os segundos na parte de baixo.

No artigo, refere-se o caso espantoso do contrato da Arábia Saudita com a Etiópia, no qual um grupo de investidores sauditas estava a gastar 100 milhões de dólares para colher trigo, cevada e arroz. Os investidores foram isentos de pagamento de taxas durante alguns anos e podem exportar toda a colheita para o seu país. Enquanto isto acontecia, o Programa Alimentar Mundial gastava aproximadamente a mesma quantia que os investidores aplicam para fornecer 230.000 toneladas de ajuda em alimentos a 4 milhões e 600 mil etíopes ameaçados pela fome e a malnutrição, entre 2007 e 2011.

Uma nota especial para o Brasil, que consta no mapa como fornecedor de 100 hectares. Nos fins de 2010, o Brasil decidiu não voltar a alugar terras para esta finalidade a estrangeiros.

6. Como síntese conclusiva, gostaria de recordar que o nosso país não poderá continuar com a apatia que tem mostrado nos últimos anos em relação ao factor alimentar do potencial estratégico nacional.

A nossa sobrevivência como país independente e soberano depende principalmente do modo como encararmos a nossa própria realidade e agirmos sobre ela no sentido de explorarmos as suas potencialidades e reduzir ou pôr fim às suas vulnerabilidades.

Só uma adequada concepção da estratégia nacional, de forma abrangente e em cada um dos sectores de actividade nacional considerado com objectivos estratégicos específicos, poderá garantir o nosso futuro – um futuro que desejamos melhor do que o presente e em que sejamos nós a decidir o que fazemos.

7. Nestas condições seriam recomendáveis as seguintes linhas de acção estratégica para a nossa segurança alimentar, conforme o resultado do recente estudo do Instituto de Defesa Nacional (IDN) para que, finalmente, seja definido um Conceito Estratégico de Segurança Nacional:

- a) Desenvolver as capacidades produtivas nacionais no sector alimentar de modo a salvaguardar a segurança alimentar, reduzir a nossa dependência externa e contribuir para a coesão nacional, através do desenvolvimento do mundo rural e do conjunto do território.
- b) Dinamizar significativamente todas as componentes associadas à agricultura e às florestas (comércio e serviços) em todas as regiões do país de modo a gerar emprego e valor, contribuindo para o reforço da coesão nacional.
- c) Prevenir a destruição da floresta e reforçar o empenhamento de todos os agentes da protecção civil na sua protecção.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 4 DE ABRIL DE 2012)